

PORTO & MAR

Agentes de navegação cobram vacinas

Fenamar solicitou, em dezembro passado, inclusão da categoria no Plano Nacional de Imunização. Resposta ainda não veio

PALAVRA DO EDITOR

Com atuação estratégica nos portos e, assim, no comércio exterior, os agentes de navegação devem ter a mesma prioridade na vacinação do que os demais portuários. Espere-se, agora, a resposta das autoridades.

FERNANDA BALBINO

DA REDAÇÃO

Além dos trabalhadores portuários avulsos, os agentes de navegação marítima que atuam no Porto de Santos aguardam um posicionamento do Governo Federal sobre a imunização contra a covid-19. Tendo sua

atuação classificada como atividade essencial, a categoria soma dezenas de casos de contaminações, principalmente entre os visitantes, que vão a bordo das embarcações que chegam ao cais santista vindos de diversos países.

Em dezembro do ano pas-

sado, a Federação Nacional das Agências de Navegação Marítima (Fenamar) solicitou ao Ministério da Saúde a inclusão da categoria no Plano Nacional de Imunização. Porém, até agora, não houve retorno da pasta.

“Explicamos que o agente marítimo possui atividade essencial na logística portuária, sendo o elo entre o navio, sua tripulação e o porto, pois é o profissional que obtém, junto às autoridades brasileiras, as liberações necessárias para que todas as embarcações possam atracar, descarregar e carregar suas mercadorias e partir de todos os nossos portos, além de outras atividades adicionais de assistência ao comandante e à tripulação durante a estadia em todos os portos”, afirmou o presidente da Fenamar, Marcelo Neri.

Segundo o diretor-executi-

vo do Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado de São Paulo (Sindamar), José Roque, 3.500 profissionais atuam no agenciamento marítimo nos portos de Santos e São Sebastião, no Litoral Norte do Estado. Muitos deles fazem interlocução com as autoridades, clientes e as embarcações que aportam em Santos.

“Temos relatos de que alguns visitantes contraíram o vírus e acabaram transmitindo para os colegas, que, por força da sua área de atuação, permanecem no escritório, mesmo com a carga horária reduzida ou com esquema de revezamento entre grupos”, afirmou o diretor do Sindamar.

Embora, desde o início da pandemia, as agências tenham adotado o sistema de trabalho retomo, ainda assim uma parcela dos funcionários transita na faixa por-

tuária e a bordo, o que aumenta o risco de contaminação do vírus. “Os casos relatados ao Sindamar causam insegurança e inquietação ao nosso segmento econômico, que vive atualmente em situação de pânico com o agravamento dos casos de internação na Cidade”.

“O plano (de vacinação) fala em qualquer trabalhador portuário, incluindo os funcionários da área administrativa”, disse Roque.

MINISTÉRIO

Procurado, o Ministério da Saúde informou que os trabalhadores portuários, estão entre as prioridades do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 (PNO). São estimados 111.397 profissionais.

“A pasta explica que, à medida que os cronogramas de entrega previstos pelos laboratórios produtores se concretizam, a distribuição é realizada de modo proporcional aos estados, com base no quantitativo de doses disponibilizadas”.

O Ministério também informa que as estratégias de distribuição das vacinas podem ser revistas a depender de uma série de fatores, como fluxo de repasse dos cronogramas dos laboratórios produtores. E destaca que, semanalmente, discute e monitora o cronograma de entrega das vacinas.

“Conforme o Ministério da Saúde recebe mais doses das vacinas dos laboratórios fabricantes, novos grupos são contemplados. Por fim, é importante lembrar que estados e municípios têm autonomia para seguir com a campanha de vacinação, de acordo com demandas locais”, destacou a pasta, em nota.